



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/17101>



<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i30.17101>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 30 | Jan-Jun, 2024, pp. 119-140

Submissão: 18/05/2024 | Aprovação: 30/06/2024



## OS PARADOXOS E DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ANTROPOGÊNICAS

### *THE PARADOXES AND CHALLENGES OF ANTHROPOGENIC CLIMATE CHANGE*

Eliana Teles

Universidade Federal do Pará -PPGCITI/UFPA<sup>1</sup>

Ernst Halbmayer

Philipps-Universität Marburg – ISAR (Hessen-DE)<sup>2</sup>

Noemi Chacón

Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas-IVIC<sup>3</sup>

A atual crise climática apresenta uma série de desafios sem precedentes em escala global. Apesar da implementação de medidas destinadas a reduzir as emissões e mitigar os impactos da mudança climática, a eficácia dessas medidas é questionável, principalmente no contexto de grupos sociais com bases de recursos restritas e capacidade limitada para lidar com as circunstâncias predominantes. Essa situação serve para ilustrar as injustiças inerentes à abordagem atual da mudança climática e exige o desenvolvimento de estruturas conceituais mais amplas para tratar dessas deficiências.

No campo político, a emergência climática tem estabelecido um novo rearranjo

quanto ao papel dos Estados nacionais em que se estabelecem novos espaços de debates às respostas governamentais e intersetoriais. Nesse contexto, muitas vezes, as iniciativas de transição climática, passam a ser ancoradas em projetos capitalizados por agentes da economia e da política, que no âmbito do sul global, se apresentam dentro da mesma lógica desenvolvimentista e assim, desencadeando conflitos sociais e desastres ambientais que afetam os múltiplos territórios de agentes sociais. Com efeito, o antropólogo Thomas Hylland Eriksen (2023)<sup>4</sup>, esclarece que a ação política para mitigar ou interromper a mudança climática é lenta e frequentemente ineficiente.

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação – PPGCITE/UFPA. E-Mail: [elianteles@gmail.com](mailto:elianteles@gmail.com)

<sup>2</sup> Ph.D. (Social and Cultural Anthropology), Postdoctoral lecture qualification (University of Vienna). Professor, head of division Social and Cultural Anthropology of Institute for Comparative Cultural Research in Philipps University of Marburg. Research Areas: indigenous modernities, globalisation and socio-cultural transformations E-mail: [halbmayer@uni-marburg.de](mailto:halbmayer@uni-marburg.de)

<sup>3</sup> Doctorado en Ciencias, mención Ecología del Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC), Investigadora Asociada Titular del Laboratorio de Ecosistemas y Cambio Global del IVIC. Adicionalmente, participa en el Grupo de Trabajo II del Panel Intergubernamental de Expertos en Cambio Climático. E-mail: [noemi.chacon83@gmail.com](mailto:noemi.chacon83@gmail.com)

<sup>4</sup> ERIKSEN, Thomas Hylland. (2021) 2023. “Climate change”. In The Open Encyclopedia of Anthropology, edited by Felix Stein. Facsimile of the first edition in The Cambridge Encyclopedia of Anthropology. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/21climatechange>

Ainda, os mecanismos de governança climática tem sido estabelecidos sob uma única forma de conhecimento sobre o tema, contudo, para construir modelos alternativos ou complementares que nos permitam atingir as metas estabelecidas no Acordo de Paris e facilitar uma transição justa para um futuro sustentável, é essencial que consideremos: Em primeiro lugar, reconhecer e valorizar as contribuições ontológicas e epistêmicas de outras culturas. Em segundo lugar, é preciso considerar uma abordagem local e contextual, por meio da qual se reconhece que as mudanças climáticas não afetam regiões e ecossistemas de maneiras únicas. Assim, seria negligente limitar nossa abordagem a uma abordagem global; em vez disso, devemos explorar o local e o específico, considerando as interações entre clima, geografia, cultura e sociedade.

Além disso, deve-se considerar a temporalidade e a diversidade cultural, o que implica incluir processos históricos e geológicos, bem como considerar a visão temporal de cada cultura. As desigualdades na distribuição dos impactos climáticos também devem ser abordadas. É imperativo que as políticas considerem como elas afetam grupos sociais mais vulneráveis e busquem soluções que não perpetuem a injustiça. Assim é fundamental reconhecer as interseções entre as mudanças climáticas e outras questões, como gênero, classe social e etnia. Essas interseções

influenciam a vulnerabilidade e a capacidade de adaptação das pessoas.

Este dossiê reúne oito artigos de autores do Brasil, da Colômbia, da Venezuela, de Moçambique e da Alemanha que enfocam as consequências e os emaranhados das mudanças climáticas em diferentes regiões da América do Sul e do sul da África. Alguns destes reúne resultados de pesquisas etnográficas realizadas no âmbito do subprojeto da rede interdisciplinar de pesquisa "Nisansa – Impactos Sociais das Alterações Climáticas e Inovação de Sustentabilidade na África Austral e no Norte da América do Sul", financiado por parte do Ministério Federal de Educação e Pesquisa na Alemanha.

Ernst Halbmayer defende a pluralização das ontologias da mudança climática, fortalecendo as margens conceituais e espaciais das concepções e práticas dominantes da mudança climática. Ele pede o desenvolvimento de contribuições humanas e culturais existentes que garantam práticas de baixa emissão e o reconhecimento e a promoção de estratégias de adaptação frequentemente negligenciadas, baseadas na diversidade biocultural e em modos de vida de baixa emissão. Alexander Rodríguez Conteras e Karen Calderón analisam as consequências da transição energética e dos projetos de energia eólica em Guajira, Colômbia, e entre os indígenas Wayuu.

Argumenta-se que esses "novos" sistemas de energia provavelmente reproduzirão as desigualdades e a dinâmica de marginalização dos "antigos" projetos extrativistas e representarão ameaças muito reais, em alguns casos existenciais, aos grupos vulneráveis. A "transição energética justa" precisa ser examinada criticamente em termos das relações de poder entre as partes interessadas e as visões fundamentalmente diferentes dos problemas envolvidos. Michaela Meurer, Alexander Rodríguez Contreras, Jemusse Ntunduatha, Ana Salas e Eliana Teles destacam as práticas cotidianas de adaptação às mudanças climáticas pouco notadas de iniciativas locais no Brasil, na Colômbia e em Moçambique. Argumenta-se que elas representam estratégias incorporadas localmente, adaptadas às lógicas locais, desenvolvidas historicamente e, portanto, experimentadas e testadas. As estratégias de resiliência local são entendidas como respostas holísticas que abordam a multiplicidade de obstáculos entrelaçados e vão além das noções limitadas de mudança climática, oferecendo grandes oportunidades para a formação de caminhos alternativos e de longo prazo para um futuro melhor.

Eliana Teles; Rosa Elizabeth Acevedo Marín, Ariete Pastana Leão, Aelton Dias Costa E Maria da Graça Moia Vilhena examinam o impacto das políticas e práticas de desenvolvimento no Delta do Rio Amazonas e

as consequências de projetos que exacerbam as mudanças climáticas e seus efeitos sobre povos e comunidades tradicionais. Com base em pesquisa etnográfica, eles identificam estratégias de enfrentamento e práticas epistemológicas locais, que são realizadas em face da lógica operacional do Estado e das políticas de desenvolvimento que tendem a ignorar as respostas e visões locais para o desenvolvimento.

Esquisa Omaña-Guevara argumenta que, apesar de sua má reputação, a agricultura familiar ancestral de conucos, uma estratégia de cultivo itinerante praticada na Venezuela, representa uma estratégia de resiliência e adaptação. Isso inclui o cuidado e a proteção multidimensional da agrobiodiversidade, que se torna uma forma de produção de alimentos e uma estratégia para a reprodução da vida. Com base em lógicas biomiméticas e apoiadas por redes comunitárias de troca de trabalho coletivo, solidariedade e interdependência, as mulheres desempenham um papel fundamental na produção e reprodução do comum.

Zharic Hernández mostra como as percepções de defesa da terra mudaram para as mulheres Zenú do resguardo de San Andrés de Sotavento, na Colômbia. Ela mudou da posse de territórios ancestrais para a luta contra o extrativismo e as consequências da crise climática. Por meio de narrativas de experiências individuais e projetos de grupo, os imaginários do território e os conflitos que

o cercam se tornam visíveis, bem como a economia do cuidado e as estratégias comunitárias de resistência das mulheres.

Lene da Silva Andrade investiga os fenômenos atmosféricos além de uma compreensão puramente física. Ela enfoca a dimensão humana na percepção e compreensão desses fenômenos, envolvendo-se com o conhecimento e as percepções dos quilombolas de Gurupá-Mirim. Seu conhecimento sobre as mudanças sazonais e a variabilidade climática está ligado ao El Niño-Oscilação Sul (ENOS) (em mudança). Argumenta-se que as oscilações oceânico-atmosféricas estão ligadas às humanidades dos quilombolas amazônicos, que mitigam seus efeitos de maneiras que estão à margem da ciência e marginalizadas pela ciência e pelo Estado.

Raimundo Erundino Santos Diniz e Silvana da Silva Barbosa Diniz argumentam que as motivações, os efeitos e as alternativas dos quilombolas para mitigar a crise climática estão enraizados em sistemas comuns baseados na ancestralidade e na memória biocultural, implícitos em estratégias de compartilhamento, estratégias coletivas e individuais de uso e acesso e autogestão do território. Isso implica práticas que polinizam os espaços verdes, contêm os desequilíbrios ambientais e neutralizam os efeitos das crises climáticas.

O convite à leitura e ao debate está feito!